

VII SEMANA INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA

AS LUTAS DA PEDAGOGIA EM TEMPOS DE PANDEMIA:
CIÊNCIA, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO HUMANA.

29/11 a 05/12 de 2020 *ON-LINE*

Maceió - Alagoas - Brasil

Universidade Federal de Alagoas

Centro de Educação



ISSN1981 - 3031

JUVENTUDE E PARTICIPAÇÃO EM INSTÂNCIAS COLEGIADAS DO ÂMBITO

ESCOLAR: estudo no IFAM Campus Manaus Zona Leste

Martha Lima Reis Victor¹

(martha.reis@semed.manaus.am.gov.br)

Nádia Maciel Falcão²

(falcao.nadia@gmail.com)

RESUMO:

Apresenta resultados da pesquisa realizada no curso de mestrado em educação que objetivou analisar a participação dos estudantes do ensino técnico integrado nos órgãos colegiados da gestão do Instituto Federal de Educação do Amazonas, Campus Manaus Zona Leste. A metodologia, de abordagem qualitativa, contemplou a revisão bibliográfica que como pano de fundo trouxe perspectivas e concepções de participação e engajamento juvenil; a análise de documentos que apontou uma estrutura organizacional de gestão colegiada, onde a participação estudantil é garantida como um direito; e a aplicação de entrevista semiestruturada a estudantes e profissionais vinculados à instituição pesquisada que evidenciou entraves a essa participação quando se esbarra na cultura centralizadora, restringindo a participação dos jovens estudantes a momentos pontuais no único colegiado implantado com assento discente. No plano formal foi possível encontrar uma plataforma básica para a criação e o funcionamento dos mecanismos de participação estudantil na instituição pesquisada, cabendo a luta pela superação das lacunas ainda presentes na prática.

PALAVRAS-CHAVE: Juventude. Participação estudantil. Gestão colegiada. Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

1 INTRODUÇÃO

Instabilidade, agressividade, incapacidade de decidir. Delinquente, imaturo, precipitado, inexperiente. É bem comum que qualquer pessoa hoje com cinquenta anos de idade ou mais ao ouvir esses termos associe logo a figura do jovem, uma vez que esses são alguns dos estereótipos construídos em volta da figura juvenil por muito tempo. Sabemos que em todas as formas de sociedade, o ser jovem sempre

¹ Pedagoga pela Secretaria Municipal de Educação. Mestra em Educação (PPGE/UFAM). Especialista em Direito Educacional. Licenciada em Pedagogia (FACED/UFAM).

² Doutora em Educação (2014) pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Professora Adjunta I da Universidade Federal do Amazonas. Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas.

VII SEMANA INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA

AS LUTAS DA PEDAGOGIA EM TEMPOS DE PANDEMIA: CIÊNCIA, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO HUMANA.

29/11 a 05/12 de 2020 *ON-LINE*

Maceió - Alagoas - Brasil

Universidade Federal de Alagoas

Centro de Educação



ISSN1981 - 3031

existiu, mas por muito tempo foi considerado como problema social que somente a força bruta e a punição poderiam conter.

Em outros tempos históricos a noção de jovem e juventude como concebemos hoje “só fazia sentido para as elites e camadas médias, cujos indivíduos mais jovens podiam dispor de um tempo de fruição e de preparação para a vida adulta, o tempo de juventude” (FALCÃO; CARRANO, 2014, p. 1).

Foi com o passar do tempo e as mudanças na sociedade, por meio da luta de classes que a configuração dos papéis na sociedade vai adquirindo forma até chegar ao que conhecemos hoje. A educação se estende aos mais pobres inicialmente como preparação para o trabalho, posteriormente para continuidade aos estudos; o mundo do trabalho se abre as diversas possibilidades de mão-de-obra e a figura do jovem vai ganhando novas formas, saindo do estágio de agente agressor e delinquente a produtor de mais valia.

O jovem como protagonista de sua história, capaz de produzir, mas também de usufruir, com demandas específicas de expressão e inserção no meio social não surge, é conquistada ao longo de muitas lutas, principalmente no campo político e ideológico. A construção de um conceito de jovem e juventude levou algum tempo e demandou muita luta até chegar aos documentos oficiais e a legislação internacional.

A possibilidade de escolarização que preparasse esse jovem com inúmeras demandas próprias de sua juventude e que o qualificasse para o mercado de trabalho na sociedade contemporânea, trouxe verdadeiras mudanças na instituição Escola. A mais intensa mudança no Brasil foi a promoção da educação para o trabalho, por ora realizada por instituições específicas, posteriormente ampliando-se e fixando-a nos anos finais do ensino básico e atualmente organizada de diversas formas, dentre as quais destacamos a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Diante do exposto é que foi realizada a pesquisa sobre a participação estudantil na gestão da educação profissional técnica de nível médio, onde se

VII SEMANA INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA

AS LUTAS DA PEDAGOGIA EM TEMPOS DE PANDEMIA: CIÊNCIA, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO HUMANA.

29/11 a 05/12 de 2020 *ON-LINE*

Maceió - Alagoas - Brasil

Universidade Federal de Alagoas

Centro de Educação



ISSN1981 - 3031

elegeu uma instituição que pertence a Rede Federal de Educação Científica e Tecnológica no Estado do Amazonas – O Instituto Federal do Amazonas (IFAM), Campus Manaus Zona Leste.

A pesquisa, de abordagem qualitativa, foi realizada com base nos fundamentos da dialética, utilizando-se de fontes bibliográficas, análise de documentos e entrevista semiestruturada. A revisão bibliográfica trouxe perspectivas e concepções de participação e engajamento juvenil e gestão escolar. Os documentos analisados foram: Estatuto e Regimento Geral da Instituição, Organização Didático Pedagógica, Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e Regulamento do Conselho de Classe.

A partir dos documentos analisados foram selecionados os sujeitos para a entrevistas: 2 docentes, 1 técnico administrativo e 5 discentes do ensino técnico integrado que atuavam no Conselho de Classe como único órgão colegiado implantado no Campus Manaus Zona Leste no momento da pesquisa.

2 O JOVEM E A ESCOLA: ENTRAVES E PERSPECTIVAS PARA O PROTAGONISMO ESTUDANTIL

A inserção dos direitos dos jovens e a agenda pública com políticas específicas para a juventude ganharam grande repercussão a partir dos anos de 1990 e iniciaram principalmente com o objetivo de controlar o tempo livre dos jovens de classes mais populares (FALCÃO, 2014).

Cumprir destacar que a princípio esses direitos inseridos na legislação giravam mais em torno da saúde do adolescente e do jovem e também na formação para o trabalho. De acordo com Boghossian e Minayo (2009, p. 414), o termo protagonismo juvenil, recente e intencionalmente bastante utilizado no Brasil, surge no contexto de renovação da ideia de participação no âmbito da educação formal, com a inserção dos princípios da gestão democrática na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (LDBEN/96).

VII SEMANA INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA

AS LUTAS DA PEDAGOGIA EM TEMPOS DE PANDEMIA: CIÊNCIA, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO HUMANA.

29/11 a 05/12 de 2020 *ON-LINE*

Maceió - Alagoas - Brasil

Universidade Federal de Alagoas

Centro de Educação



ISSN1981 - 3031

Nesse contexto, o jovem ganhou um novo papel dentro da instituição escola; considerada atualmente como um espaço predominantemente de preparo do jovem para a vida adulta e produtiva. Como parte da comunidade escolar, o jovem estudante é convocado a participar dos fóruns colegiados, a fim de que se cumpra o princípio da gestão democrática no âmbito escolar.

Apesar de avanços nos direitos conquistados por força de lei para a juventude, “pesquisas que abordam os jovens em seus diferentes campos de inserção (escola, família, trabalho, política, etc.) demonstram que os mesmos reclamam por espaços de escuta e intervenção” (VICTOR, 2019, p. 33), mesmo em instituições como a escola de ensino médio que socialmente é reconhecida como um espaço ocupado por jovens.

Isso porque, historicamente há uma tendência de a escola não considerar o jovem como interlocutor válido na hora da tomada de decisões importantes para a instituição.

Muitas vezes, ele não é chamado para emitir opiniões e interferir até mesmo nas questões que dizem respeito a ele, diretamente. E isso, sem dúvida, pode ser considerado como um desestímulo à participação e ao protagonismo (DAYRELL; CARRANO, 2014, p. 106).

A escola atual mascara essa tendência, declarando os jovens estudantes como atores centrais do processo pedagógico, mas, contraditoriamente, restringem sua participação a momentos pontuais, tais como as reuniões e atividades culturais.

Os jovens enquanto sujeitos do processo educativo, trazem bagagem de experiências acumuladas nas fases de infância e adolescência, a partir das relações entre seus pares e as instituições de ensino e comunidade a que pertencem que.

De acordo com Araújo (2009), há espaços para os jovens estudantes dentro da nova configuração de gestão escolar implementada na LDBEN/96, porém esses espaços devem ser ampliados e assegurados nas normas locais de cada instituição de ensino e implementadas no cotidiano a fim de permitirem de fato o protagonismo juvenil no âmbito da gestão escolar.

VII SEMANA INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA

AS LUTAS DA PEDAGOGIA EM TEMPOS DE PANDEMIA: CIÊNCIA, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO HUMANA.

29/11 a 05/12 de 2020 *ON-LINE*

Maceió - Alagoas - Brasil

Universidade Federal de Alagoas

Centro de Educação



ISSN1981 - 3031

Porém, vale ressaltar que a criação desses espaços dentro da gestão escolar não é suficiente para garantir de fato a participação juvenil, é necessário trabalhar a autonomia dos sujeitos que os compõem, em especial dos jovens, enquanto seres sócio-históricos, políticos e em condições de intervir nesses espaços colegiados (VICTOR, 2019).

Isso porque a participação efetiva não se restringe a mera presença do jovem em um fórum deliberativo. Não basta o jovem estar, ele precisa intervir, contribuir, exercer autonomia e independência frente às demandas. De acordo com Carrano (2012, p. 88), é preciso qualificar essa participação e uma das melhores formas de qualificar é verificando o quanto esses indivíduos podem chegar com sua participação, no sentido de influenciar nas decisões.

Nesse sentido, apresentamos alguns dos resultados da pesquisa que realizamos no âmbito do curso de mestrado em educação com alunos do ensino técnico integrado ao ensino médio que estavam atuando como representantes estudantis no colegiado gestor de um dos Campis do IFAM em Manaus.

2.1 PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL NA GESTÃO DO IFAM CAMPUS MANAUS ZONA LESTE

O IFAM Campus Manaus Zona Leste foi criado a partir da Lei nº 11.892/2008 que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica por meio da integração de Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), Escolas Técnicas Federais e Escolas Agrotécnicas Federais para a criação de uma nova instituição denominada Institutos Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Ao se integrarem ao IFAM, cada instituição preexistente tornou-se um Campus do Instituto, que oferta cursos técnicos articulados ao ensino médio (de forma integrada numa mesma matrícula ou de forma articulada – uma matrícula no

VII SEMANA INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA

AS LUTAS DA PEDAGOGIA EM TEMPOS DE PANDEMIA: CIÊNCIA, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO HUMANA.

29/11 a 05/12 de 2020 *ON-LINE*

Maceió - Alagoas - Brasil

Universidade Federal de Alagoas

Centro de Educação



ISSN1981 - 3031

ensino técnico e outra no ensino médio) ou subsequentes para aqueles que já concluíram o ensino médio e pretendem apenas o curso técnico.

Apesar de ser uma única instituição, cada Campus tem sua própria diretoria e estrutura organizacional, com Colegiados consultivos e deliberativos, cujo funcionamento está previsto no Regimento Geral, onde são garantidos assentos para representação discente.

Para o Campus pesquisado era prevista a criação de 3 Colegiados deliberativos e consultivos, a saber o Conselho Educacional, o Conselho de Classe e a Comissão Disciplinar, porém o Conselho Educacional ainda não existia na época da coleta de dados; a Comissão Disciplinar não assegurava assento para participação estudantil, por tratar do regime disciplinar do corpo discente. Apenas o Conselho de Classe permitia a participação discente e estava em funcionamento.

Sendo assim, foi utilizado o Conselho de Classe para a realização da pesquisa. Esse Conselho, de caráter consultivo e deliberativo, sendo o principal órgão colegiado do Campus pesquisado, tinha em sua composição assento para 2 representantes discentes por turma do ensino técnico integrado ao ensino médio (Art. 221 da Resolução 94-CONSUP/IFAM 2015).

Tais assentos no Conselho de Classe se contituíram em direito do discente, conforme o Art. 240 da Resolução 94-CONSUP/IFAM 2015:

Art. 240. Constituem direitos dos discentes:

[...]

III – participar da ação colegiada, votando e sendo votado, para escolha de representantes, na forma deste Regulamento;

IV – apresentar sugestões aos setores competentes, que visem ao aprimoramento da Instituição e à melhoria da qualidade de ensino;

Uma vez previsto o direito de participação ao jovem discente nos setores competentes da instituição entrevistamos³ os representantes e constatamos que na prática esse direito é exercido. Quando perguntados sobre como foram instituídos

³ Toda a identificação dos entrevistados é fictícia, sendo guardadas em sigilo suas verdadeiras identidades.

VII SEMANA INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA

AS LUTAS DA PEDAGOGIA EM TEMPOS DE PANDEMIA: CIÊNCIA, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO HUMANA.

29/11 a 05/12 de 2020 *ON-LINE*

Maceió - Alagoas - Brasil

Universidade Federal de Alagoas

Centro de Educação



ISSN1981 - 3031

representantes de classe, todos afirmaram que foi por meio de eleição, seguindo o que prevê o documento institucional e afirmam que participam das reuniões do Conselho de Classe.

Quanto à forma como esses jovens participam do colegiado, os entrevistados responderam:

Eles pedem pra cada representante falar; eles dão um papel na verdade, pra gente conversar com a turma, ai nesse papel está perguntando se a sala é colaborativa, se muita gente dorme na sala, pede o comportamento dos alunos na sala e de alguns professores também. E quando chegamos lá, eles pedem que nós leiamos [...] Ai, depois é dada a oportunidade para o professor. (Jean, representante discente, 2º ano).

No final do bimestre, depois de ser preenchido esse formulário, a gente participa do conselho de classe que é com a direção do Instituto, junto com os professores e a gente apresenta tudo o que foi dito no formulário pra eles e eles veem uma forma de melhorar as coisas da turma. (Marcos, representante discente, 2º ano).

A partir dos relatos é possível entendermos a dinâmica das reuniões do Colegiado, partindo sempre da fala dos discentes, num sentido de diagnóstico das turmas, mas a participação desses representantes fica restrita a esse momento inicial, segundo relatos da aluna Juliana que é representante há dois anos: “a gente lê [o formulário] e entrega pra eles e eles ficam para poderem decidir o que fazer depois. Aí, a gente sai e eles ficam para decidir as coisas” (grifo nosso).

Quanto a esse respeito, uma representante dos técnicos-administrativos e pedagógicos, Marcia, membra do Conselho há 4 anos, afirma que é restrita a participação discente a esse primeiro momento, mas que não concorda com essa metodologia, pois para ela os estudantes deveriam continuar nas reuniões do Conselho até o final e muito aprenderiam com isso, contudo justifica:

A preocupação dos professores é tratar de algumas coisas que possam ser ventiladas indevidamente nas turmas, quando vai se tratar de algum caso específico de alguns alunos, mas isso é um ponto que a gente precisa ajudá-los também a amadurecer. (Marcia, representante técnico-administrativa) (grifo nosso).

VII SEMANA INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA

AS LUTAS DA PEDAGOGIA EM TEMPOS DE PANDEMIA: CIÊNCIA, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO HUMANA.

29/11 a 05/12 de 2020 *ON-LINE*
Maceió - Alagoas - Brasil
Universidade Federal de Alagoas
Centro de Educação



ISSN1981 - 3031

Outro conselheiro complementa:

Por que tem essa divisão?! Como a gente vai tratar diretamente de alunos, então para não acontecer o constrangimento de repente. Para não constranger os próprios alunos, de repente é tratado de uma questão muito particular de um aluno, para não ser ventilado de forma incorreta, então os alunos expõem e a gente só escuta, depois a gente trata dos assuntos entre a gente, os professores.

Com relevante preocupação, os professores, conforme os relatos postos; consideraram a possibilidade de os estudantes não estarem preparados para ouvirem, opinarem ou mesmo guardarem informações em sigilo e restringiram a participação dos mesmos. Contudo, Nardi (2015) afirma que essa é uma das questões mais importantes a serem vencidas quando se pretende uma eficiente participação: aprender a participar.

Portanto, os alunos recebem o retorno das demandas que levantaram nas reuniões por meio de seu professor conselheiro em sala de aula, ou por meio da pedagogia, setor de psicologia ou serviço social, dependendo da situação levantada.

Outra questão investigada foi sobre os canais de comunicação existentes entre os representantes estudantis e seus pares. Os representantes entrevistados foram unânimes em afirmar que institucionalmente não há um meio de comunicação criado para a interlocução entre representantes e demais alunos, mas que os mesmos criaram seus próprios veículos.

Uma representante do 3º ano afirma que criou um grupo de comunicação por meio de aplicativo de mensagens e que lá se comunica diariamente com seus pares e inclusive deliberam assuntos referentes a turma. Ao se perguntada se algum professor participa do grupo no aplicativo, a aluna respondeu: “Com os professores lá, eu acho que ninguém teria coragem de ficar falando nada. Por vergonha mesmo ou até por medo mesmo de, tipo, o professor chamar atenção ou penalizar com ponto, etc.” (Juliana, representante discente, 3º ano).

Esse relato aponta um nível de autonomia e independência que esses jovens estudantes têm buscado para se comunicarem sem a interferência de um professor

VII SEMANA INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA

AS LUTAS DA PEDAGOGIA EM TEMPOS DE PANDEMIA: CIÊNCIA, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO HUMANA.

29/11 a 05/12 de 2020 *ON-LINE*

Maceió - Alagoas - Brasil

Universidade Federal de Alagoas

Centro de Educação



ISSN1981 - 3031

ou alguém da direção. Também é perceptível o medo de repressão nessa relação de poder, medo de serem penalizados por estarem expressando suas opiniões.

Segundo relatos de uma docente coordenadora de curso, não há necessidade de espaço ou mecanismo institucional para articular essa comunicação entre alunos pois isso acontece naturalmente, devido estarem em um curso de período integral, ficam tempo demais diariamente juntos, então ela acredita que essa articulação entre alunos do técnico integrado é muito forte que até dispensa intervenção da instituição.

O que já não é visto com mesmos olhos pela Ana, representante no conselho e também faz parte da diretoria do Grêmio estudantil e afirma que faz falta ter um espaço específico para assembleias e reuniões discentes, pois “os auditórios não podem ser usados durante o intervalo de almoço sem a presença de um técnico, e nenhum técnico deixaria seu horário de almoço para atender aos estudantes”.

Uma contradição nesse ponto surge quando perguntamos aos entrevistados se a instituição tem outros espaços ou mecanismos de comunicação com os estudantes além das reuniões do Conselho, ao que responderam que sim, quando é a instituição que precisa falar com os discentes, há paralisação das atividades e há local específico reservado.

Outra questão investigada foi quanto aos assuntos que os representantes discentes trazem ao Conselho e os impactos desses assuntos, os entrevistados responderam que os principais assuntos se repetem e se revezam entre conduta ética dos professores e infraestrutura. Sobre o impacto que esses questionamentos realizados trazem, um dos docentes entrevistados afirma que “já teve casos de servidores que foram exonerados por demandas dos alunos. Claro que o setor fez questões indevidas” (Carlos, representante docente).

Outra questão relevante é a percepção desses jovens representantes sobre sua contribuição nas reuniões: aqueles que são representantes há mais tempo tem uma visão de que “ler o papel durante a reunião” não é toda a contribuição que eles tem para dar; enquanto que representantes que estão atuando pela primeira vez ou

VII SEMANA INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA

AS LUTAS DA PEDAGOGIA EM TEMPOS DE PANDEMIA: CIÊNCIA, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO HUMANA.

29/11 a 05/12 de 2020 *ON-LINE*

Maceió - Alagoas - Brasil

Universidade Federal de Alagoas

Centro de Educação



ISSN1981 - 3031

que já atuaram em anos anteriores, mas que passaram por situações de conflito com professores, consideram o fato de poderem relatar os acontecimentos e reivindicações das turmas suficiente no âmbito de sua atuação.

Apesar dos entraves encontrados para a participação estudantil na gestão da instituição, além da falta de lugar e tempo privilegiados, os jovens estudantes buscam o fortalecimento e engajamento de seus pares no que diz respeito à participação na construção de demandas do coletivo; o que é fundamental, pois “na escola formal, sempre haverá resistência às interferências nas rotinas e estruturas de poder que professores, funcionários e técnicos estão habituados a manter” Sposito (2000, p. 75), sendo imprescindível criatividade para aproximação e construção coletiva desses jovens.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa analisou a participação de jovens estudantes no âmbito da educação profissional técnica de nível médio na gestão do IFAM Campus Manaus Zona Leste, apontando mecanismos e espaços existentes, bem como as (im)possibilidades encontradas que desafiam o protagonismo juvenil.

Foram utilizadas como pano de fundo da pesquisa as concepções de gestão e participação estudantil na perspectiva democrática e do engajamento juvenil. Os documentos analisados apontaram que a participação estudantil é garantida como um direito do corpo discente que deve ser estimulada pela direção e corpo docente. Dessa maneira, são garantidos como espaços de participação estudantil os órgãos colegiados da gestão, contudo nem todos os colegiados previstos estavam em funcionamento durante a realização da pesquisa.

A fase empírica evidenciou entraves à participação estudantil no Colegiado em funcionamento ao restringir a presença desses estudantes apenas à parte inicial das reuniões deliberativas, restando ao corpo técnico e docente a segunda parte que diz respeito às tomadas de decisões.

VII SEMANA INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA

AS LUTAS DA PEDAGOGIA EM TEMPOS DE PANDEMIA: CIÊNCIA, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO HUMANA.

29/11 a 05/12 de 2020 *ON-LINE*

Maceió - Alagoas - Brasil

Universidade Federal de Alagoas

Centro de Educação



ISSN1981 - 3031

Possibilidades de favorecimento da participação estudantil na gestão da instituição são encontrados a partir dos relatos dos entrevistados do corpo técnico e docente que apontam para uma possível modificação nessa forma de participação dos representantes estudantis, no sentido de poderem participar das reuniões do Conselho e demais fóruns deliberativos de maneira ampla, do início ao fim, com possibilidades de efetiva atuação.

Outro entrave evidenciado a partir das entrevistas foi a inexistência de espaços e tempo institucionalizados para potencializar o engajamento juvenil nas questões coletivas referentes à vida escola, mas isso é uma tendência, que a luz da teoria levantada, podemos encontrar nas diversas relações de poder.

A superação dessa tendência vai além da criação de espaços de participação, mas implica principalmente no rompimento com a cultura política de ordem patrimonialista, por meio da qual os espaços públicos ainda são vistos pelos usuários como propriedade do governo ou do pessoal que nele atua. No caso da escola, “diretores, professores e funcionários, com prevalência dos primeiros, ainda monopolizam os foros de participação” (MENDONÇA, 2001, p. 87).

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, A. C. A gestão democrática e os canais de participação dos estudantes. **Retratos da escola**. Brasília, v.3, n.4, p. 253-266, jan./jun. 2009. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br/index.php/semestral>>. Acesso em: 10 de abr. 2016.

BOGHOSSIAN, C.O.; MINAYO, M. C. de S.. a Revisão Sistemática Sobre Juventude e Participação nos Últimos 10 anos. In: **Saúde Soc**. São Paulo, v.18, n.3, p.411-423, 2009.

BRASIL. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 18 set. 2016.

VII SEMANA INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA

AS LUTAS DA PEDAGOGIA EM TEMPOS DE PANDEMIA: CIÊNCIA, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO HUMANA.

29/11 a 05/12 de 2020 *ON-LINE*

Maceió - Alagoas - Brasil

Universidade Federal de Alagoas

Centro de Educação



ISSN1981 - 3031

_____. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Disponível em:
<<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 25 set. 2016.

CARRANO, Paulo. A participação social e política de jovens no Brasil: considerações sobre estudos recentes. **O Social em Questão** - Ano XV - n. 27, p. 83-100. 2012.

DAYRELL, J. CARRANO, P. Juventude e ensino médio: quem é este aluno que chega à escola. In: DAYRELL; CARRANO; MAIA (orgs). **Juventude e ensino médio**: sujeitos e currículos em diálogo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

FALCÃO, Nádia Maciel. "**É pesado, mas vou levando**": jovens de Manaus entre a escola e o trabalho. Tese de Doutorado. Ano de obtenção do título: 2014, pela Universidade Federal Fluminense.

_____; CARRANO, P. . Jovens de Manaus e a transição para a vida adulta nos caminhos da escola e do trabalho. In: **Anais do 11º Encontro de Pesquisa em Educação da Região Sudeste**. São João del-Rei, 2014. p. 01-10.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO DO AMAZONAS. Resolução no 94-CONSUP/IFAM, de 23 de dezembro de 2015. Regulamento da Organização Didático-Acadêmica (RODA). IFAM, 2015.

MENDONÇA, E. F. Estado patrimonial e gestão democrática do ensino público no Brasil. **Educação & Sociedade**, ano XXII, nº 75, Agosto/2001.

NARDI, E. L. Itinerários da participação na gestão de escolas públicas de educação básica. **RBPAE** - v. 31, n. 3, p. 649 - 666 set./dez. 2015

SPOSITO, M. T. Algumas hipóteses sobre as relações entre movimentos sociais, juventude e educação. **Revista brasileira de educação**, n. 13, p. 73-94, 2000.

VICTOR, Martha Lima Reis. **Participação estudantil na gestão da educação profissional técnica de nível médio**: estudo no IFAM- Campus Manaus Zona Leste. Dissertação de Mestrado. Ano de obtenção de título: 2019, pela Universidade Federal do Amazonas.